



Handwritten signature

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Entre:

1) Município da Marinha Grande, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representado por, Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e

2) Sporting Clube Marinhense, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Rua de Leiria, n.º 111, Embra, 2430-091 Marinha Grande, NIPC 501150544, representado por Pedro Miguel da Silva Guarda, na qualidade de Vice-Presidente da Direção e por Luís Carlos Ferreira Mendes, na qualidade de Coordenador Desportivo, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

c) Os apoios ou participações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).

d) As entidades beneficiárias de apoios ou participações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.

e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

É celebrado o presente contrato-programa nos seguintes termos:

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

1 - O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo apresentado pela entidade beneficiária.

2 - O programa de desenvolvimento desportivo, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, devendo a sua justificação e a avaliação dos resultados esperados ser objeto de permanente acompanhamento por parte do primeiro outorgante.





Cláusula 2.ª

Obrigações do segundo outorgante

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral do programa de desenvolvimento desportivo;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar o apoio financeiro concedido exclusivamente à execução do programa objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- f) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- g) Elaborar e enviar à entidade concedente, até 30 de julho de 2016, um relatório sobre a execução do contrato-programa, tendo em conta a justificação e os resultados esperados do programa de desenvolvimento desportivo;
- h) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa;
- i) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, beneficiários e outros, a celebração deste contrato-programa.
- j) Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato-programa e a identificação das receitas.

Cláusula 3.ª

Duração do contrato

O presente contrato vigora até ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela entidade beneficiária.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

- 1 — Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante **no valor de 24.050,00€ (vinte e quatro mil e cinquenta euros).**
- 2 — A participação financeira corresponde ao valor que resulta da aplicação dos critérios de financiamento aos dados remetidos pela **Associação de Basquetebol de Leiria e Associação de Patinagem de Leiria** bem como ao tipo de campeonato que as equipas se encontram a disputar.
- 3 — A restante componente financeira e quaisquer outros custos necessários à implementação do objeto deste contrato são suportados pela entidade beneficiária.
- 4 — A participação financeira **é liquidada na totalidade até ao dia 28 de dezembro de 2015, mediante prévia confirmação escrita do início da realização do programa de desenvolvimento desportivo por parte dos serviços municipais responsáveis pela gestão do presente contrato.**
- 5 — Para efeitos do disposto no número anterior a entidade beneficiária de apoios financeiros deve prestar consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.
- 6 - O pagamento da participação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais, para com a segurança social e para com a entidade concedente.





7 - O segundo outorgante deve apresentar ainda, até 30 julho de 2016, relatório de receitas e despesas no âmbito do presente contrato, com inclusão de fotografias, lista dos atletas inscritos e apoiados na época de 2015/2016, bem como lista dos jogos/competições realizadas durante a época desportiva de 2015/2016, acompanhado de documentos comprovativos de todas as despesas efetuadas relativas ao presente contrato.

8 - A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: 06/040701; cabimento n.º 2854/2015; compromisso n.º 2701/2015;

9 - Em caso algum, será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano de 2016 e subsequentes.

10 - Apenas serão suportados os encargos diretamente relacionados com objeto do presente contrato e até ao limite estabelecido no n.º 1.

11 - A entidade beneficiária deve comunicar, impreterivelmente até 18 de dezembro de 2015, mas sempre em data anterior ao pagamento da presente comparticipação, à entidade concedente se recebeu ou vai receber qualquer outro apoio proveniente de uma entidade pública, que seja suscetível de se refletir no cômputo global do apoio concedido em função do valor total do investimento considerado.

Cláusula 5.ª

Acompanhamento e controlo deste contrato

1 - O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 - A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.

3 - A entidade beneficiária da comparticipação financeira inclui nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do contrato-programa.

4 - A execução do objeto do presente contrato deve ser acompanhada pelos serviços municipais responsáveis pela sua gestão, no termo da qual deve ser elaborado um relatório fundamentado.

Cláusula 6.ª

Revisão

O presente contrato pode ser modificado nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 7.ª

Suspensão

Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais, para com a segurança social ou para com a entidade concedente.

Cláusula 8.ª

Cessação

1 - O presente contrato cessa:

a) Quando estejam concluídas todas as obrigações assumidas pelo segundo outorgante;





- b) Quando, por causa imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
- c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
- e) Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea h) da cláusula 2.ª.

2 - A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

3 - A cessação antecipada do contrato é precedida de audiência do segundo outorgante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 9.ª**Direito à restituição**

1 - O incumprimento culposo do contrato-programa, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à entidade concedente o direito a reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.

2 - É aplicável o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

Cláusula 10.ª**Publicidade**

O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do decreto-Lei n.º 273/2009.

Cláusula 11.ª**Omissões**

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais normas de direito administrativo.

Cláusula 12.ª**Efeitos**

1 - O presente contrato produz efeitos reportados à data de 01 de setembro de 2015.

2 - O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2015.

Marinha Grande, 16 de dezembro de 2015.

1º Outorgante

2º Outorgante



32
22 fl.



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ANO DE 2015/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

30 SET. 2015

ENTRADA N.º 8124/2015 Resp.

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE:

SPORTING CLUBE MARINHENSE

A
OCD
leoleo

PARA:
 MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE
 PRAÇA GUILHERME STEPHENS
 2430-960 - MARINHA GRANDE
 TEL. 244 573 300 FAX. 244 561 710



PRESIDENTE

EM RE

10 DEZ. 2015

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
ANO DE 2014/2015

O. Objectivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, que aprova o regime jurídico dos contratos-programas de desenvolvimento desportivo, a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos bem como de patrocínios desportivos, por parte do Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias Locais, carece da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre a entidade concedente e a entidade beneficiária.

De acordo com o artigo 8.º, a concessão de apoios mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objectivos:

- a) Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da actividade física e do desporto;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- d) Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- e) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

O n.º 1 do artigo 11.º impõe a necessidade das associações e clubes desportivos que se proponham à realização de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a Autarquia Local, que estes integrem, no respectivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o seu programa de desenvolvimento desportivo objecto dessa comparticipação. Acresce ainda referir que no n.º 2 do mesmo artigo clarifica-se o que se considera por programas de desenvolvimento desportivo:

- a) Os planos regulares de acção das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- b) Os planos de acção específica destinados a promover e divulgar a actividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- c) Os projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;
- d) As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

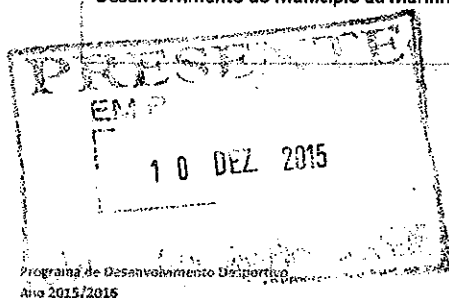
O artigo 12.º define claramente o seu n.º 1 os elementos que os programas de desenvolvimentos desportivos devem conter, assim:

- a) Descrição e caracterização específica das actividades a realizar;
- b) Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
- c) Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
- d) Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respectivos cronogramas ou escalonamentos;
- e) Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respectivas condições;
- f) Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;
- g) Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;
- h) Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- i) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respectiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessários à sua apreciação.

Por último no n.º 3 impõe que se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respectivos direitos e obrigações.

Assim, no sentido de facilitar a elaboração deste programa de desenvolvimento desportivo, a Câmara Municipal da Marinha Grande, desenvolveu o presente documento que deverá ser preenchido mediante a candidatura a efectuar e remetida à Divisão de Cidadania e Desenvolvimento do Município da Marinha Grande.





1. Parte - Conteúdo Finalista

1. Programa de Desenvolvimento Desportivo

* caracterizar o programa de desenvolvimento desportivo, seleccionando, indicando com uma cruz (X), a(s) área(s) a que respeita esta candidatura. (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

- Plano de acção regular que visa o desenvolvimento de uma ou mais modalidades desportivas ;
- Plano de iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto.
- Projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

2. Objecto do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade elaborar uma breve descrição e caracterização específica das actividades a realizar, indicando as diversas modalidades, escalões, campeonatos e provas oficiais que irá disputar, bem como a justificação do programa de desenvolvimento desportivo - Ver (alínea a) e b) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

O Sporting Clube Marinhense irá na Época 2015/2016 participar, em cada modalidade que promove, nas seguintes competições:

Basquetebol

MINIBASQUETE (Sub-8, Sub-10 e Sub-12) - Convívios Distritais
INICIADOS MASCULINOS (Sub-14) - Campeonato Distrital e Nacional
INICIADAS FEMININOS (Sub-14) - Campeonato Distrital e Nacional
CADETES MASCULINOS (Sub-16) - Campeonato Distrital e Nacional
CADETES FEMININOS (Sub-16) - Campeonato Distrital e Nacional
JUNIORES (Sub-18) - Campeonato Distrital e Nacional
SÉNIORES (+ 18) - Campeonato Nacional

Todos os escalões de formação à exceção do minibasquete participam nos respectivos campeonatos distritais (prova obrigatória) e campeonatos nacionais desde que em função da classificação fiquem apurados.

Hóquei em Patins

BAMBI/BENJAMIM/ESCOLAR - Torneios de Mini-Hóquei
INICIADOS - Campeonato Distrital e Nacional
JUVENIS - Campeonato Distrital e Nacional
JUNIORES - Campeonato Distrital e Nacional
SÉNIORES - Campeonato Distrital e Nacional

Todos os escalões de formação participam nos respectivos campeonatos distritais (prova obrigatória) e campeonatos nacionais desde que em função da classificação fiquem apurados.

Patinação Artística

INICIAÇÃO - Torneio Masters, Campeonato Distrital e Campeonato Nacional
BENJAMINS - Torneio Masters, Campeonato Distrital e Campeonato Nacional
INFANTIS - Torneio Masters, Campeonato Distrital e Campeonato Nacional
INICIADOS - Torneio Masters, Campeonato Distrital e Campeonato Nacional
CADETES - Torneio Masters, Campeonato Distrital e Campeonato Nacional
JUNIORES - Torneio Masters, Campeonato Distrital e Campeonato Nacional
SENIORES - Torneio Masters, Campeonato Distrital e Campeonato Nacional

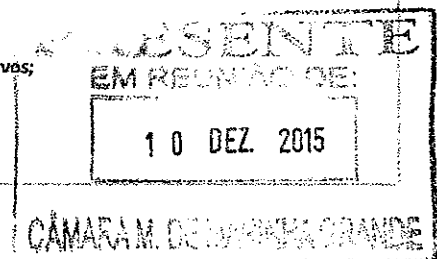
Sendo o Sporting Clube Marinhense o clube mais eclético e com mais instalações próprias da nossa cidade, vimos por este meio, solicitar o imprescindível apoio da autarquia para a promoção do desporto e da actividade física, de forma a podermos dar continuidade aos vários projectos de promoção e desenvolvimento das nossas modalidades. Estes projectos apresentam custos directos e indirectos cada vez mais elevados, uma vez que o número de atletas tem aumentado de época para época enquanto as receitas, em alguns casos, estagnaram, foram reduzidas ou eliminadas. Deste modo, o apoio da CMMG tornará possível a prática desportiva de todos os nossos atletas e também a divulgação

3. Quantificação dos Resultados Esperados com a Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade preencher os resultados, qualitativos e quantitativos, que pretende alcançar com o programa de desenvolvimento desportivo (alínea c) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

De acordo com os objectivos traçados pela Direcção do SCM pretendemos com a execução deste programa atingir os seguintes objectivos:

1. Promover a prática desportiva entre a faixa etária dos 4 aos 20 anos;
2. Manter e melhorar as instalações desportivas do clube;
3. Tornar possível uma convivência exemplar e responsável entre todos os agentes desportivos;
4. Dignificar o nome do SCM e da Marinha Grande.





4. Identificação de outras entidades associadas à gestão do Programa de Desenvolvimento Desportivo (quando aplicável)

* neste campo deve a entidade identificar quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades (alínea f) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

Ao longo dos 75 anos de história têm sido várias as entidades com quem temos colaborado directa e indirectamente relacionadas com a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo.

O SCM colabora, principalmente, com as Associações e Federações desportivas das várias modalidades que promove, cedendo instalações para treinos das selecções.

Existe também a cedência de instalações para a realização de convívios e seminários desportivos promovidos por entidades do Distrito de Leiria.

Com menor impacto na execução deste programa, mas de salientar, a cedência de instalações para actividades sociais e desportivas promovidas por diversas entidades particulares da nossa cidade, como por exemplo, os Bombeiros Voluntários da Marinha Grande.

5. Relações de complementariedade com outros programas realizados ou em curso (quando aplicável)

* neste campo deve a entidade preencher, caso se verifique, as relações de complementariedade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas (alínea g) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

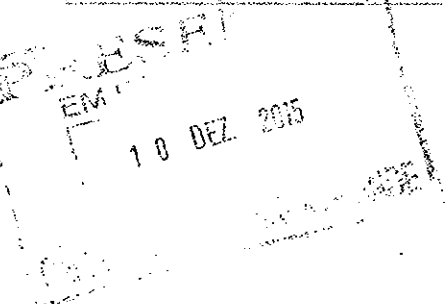
Na Época 2015/2016 este Programa será complementado, caso seja aceite, com um pedido de apoio à remodelação dos balneários do Pavilhão N.º 1, um pedido relativo à realização do nosso tradicional Festival Anual de Patinagem, um pedido de apoio à organização do 3º Encontro de Minibasquete e um Torneio de Mini-Hóquei e um pedido de apoio à realização da Festa Anual do Clube (Festa da Embra).

6. Calendário e Prazo Global de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* neste campo deve a entidade preencher a data de início e o termo do programa de desenvolvimento desportivo (alínea h) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

Calendário:

Início da execução do Programa: 01 de Setembro de 2015
Termo da execução do Programa: 30 de Junho de 2016





3.ª Parte - Conteúdo Financeiro

7. Participação em Competições/Provas de Desporto Federado

Tabela 1-A: Tabela a preencher para as modalidades ou disciplinas que disputam competições ou provas no quadro competitivo nacional (modalidades individuais). A entidade deve identificar o número de atletas, inscritos nas respectivas federações, por modalidade desportiva individual e por escalão.

Modalidade Desportiva Individual	Escalão	N.º de Atletas	
		M	F
Patinagem Artística	INICIAÇÃO		3
	BENJAMINS		4
	INFANTES		3
	INICIADOS		6
	CADETES		8
	JUVENIS	2	4
	JUNIORES	1	4
	SÉNIORES	2	1
	Total	5	33

Tabela 1-B: Tabela a preencher para as modalidades ou disciplinas que disputam competições ou provas no quadro competitivo nacional (modalidades colectivas). A entidade deve identificar o número de atletas, inscritos nas respectivas federações, por modalidade desportiva individual e por escalão.

Modalidade Desportiva Colectiva	Escalão	N.º de Atletas	
		M	F
Basquetebol	MINIBASQUETE	20	5
	INICIADOS	10	
	CADETES	16	8
	JUNIORES	9	
	SÉNIORES	14	
Hóquei em Patins	BAMBI/BENJAMIM/ESCOLAR	11	
	INICIADOS	6	
	JUVENIS	11	
	JUNIORES	7	
	SÉNIORES	12	
	Total	116	13

EMPRE
10 DEZ 2015
CÂMARA M. DE MACINEIRA



8. Previsão de Custos e de Receitas

* nestes campos deve a entidade preencher os custos e as receitas individualizadas por modalidade desportiva constante o programa de desenvolvimento desportivo (alínea d) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro)

Tabela 2-A Tabela a preencher com todas as despesas previsionais (orçamentadas) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Despesa	Despesa Prevista
Patinagem Artística	Custo de Funcionamento da Modalidade:	
	Remuneração pessoal técnico	2.400,00 €
	Conservação e reparação de materiais desportivos	550,00 €
	Aquisição de equipamentos desportivos	550,00 €
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	4.000,00 €
	Inscrições e seguros de atletas	550,00 €
	Alimentação e estadia	750,00 €
	Outros custos	800,00 €
	Total	9.600,00 €
Basquetebol	Custo de Funcionamento da Modalidade:	
	Remuneração pessoal técnico	- €
	Conservação e reparação de materiais desportivos	2.650,00 €
	Aquisição de equipamentos desportivos	2.900,00 €
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	4.000,00 €
	Inscrições e seguros de atletas	6.750,00 €
	Alimentação e estadia	3.900,00 €
	Outros custos	900,00 €
	Total	23.100,00 €
Hóquei em Patins	Custo de Funcionamento da Modalidade:	
	Remuneração pessoal técnico	- €
	Conservação e reparação de materiais desportivos	2.800,00 €
	Aquisição de equipamentos desportivos	3.200,00 €
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	4.000,00 €
	Inscrições e seguros de atletas	3.300,00 €
	Alimentação e estadia	4.750,00 €
	Outros custos	900,00 €
	Total	18.950,00 €

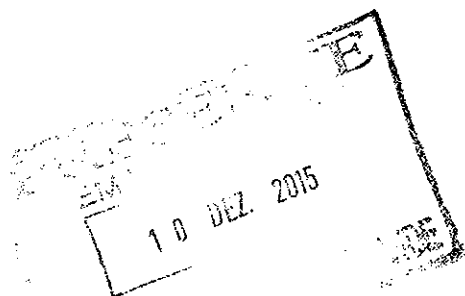


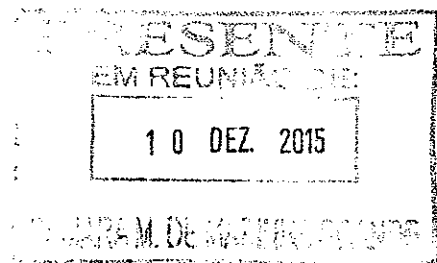


Tabela 2-B Tabela a preencher com todas as receitas previsionais (orçamentados) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Receita	Receita Prevista
Patinagem Artística	Receita de Funcionamento da Modalidade:	
	Formação / Camadas jovens	5.000,00 €
	Patrocínios / Publicidade	800,00 €
	Bilheteira	- €
	Subsídios da Câmara Municipal	1.000,00 €
	Subsídios de outras entidades públicas	250,00 €
	Apoios e donativos particulares	- €
	Outras receitas	- €
	Total	7.050,00 €
Basquetebol	Receita de Funcionamento da Modalidade:	
	Formação / Camadas jovens	7.500,00 €
	Patrocínios / Publicidade	3.000,00 €
	Bilheteira	- €
	Subsídios da Câmara Municipal	16.500,00 €
	Subsídios de outras entidades públicas	1.500,00 €
	Apoios e donativos particulares	- €
	Outras receitas	- €
	Total	28.500,00 €
Hóquei em Patins	Receita de Funcionamento da Modalidade:	
	Formação / Camadas jovens	2.750,00 €
	Patrocínios / Publicidade	2.000,00 €
	Bilheteira	- €
	Subsídios da Câmara Municipal	8.000,00 €
	Subsídios de outras entidades públicas	1.500,00 €
	Apoios e donativos particulares	- €
	Outras receitas	- €
	Total	14.250,00 €

Tabela 3 Tabela a preencher com o valor total das despesas e receitas previsionais (orçamentados) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Total de Despesas Tabela 2-A	49.650,00 €
Total de Receitas Tabela 2-B	49.800,00 €





9. Destino dos bens adquiridos ao abrigo do programa e outras informações

* neste campo deve a entidade indicar qual o destino dos bens adquiridos ao abrigo do programa se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade beneficiária e outras informações que considere relevantes na análise do programa de desenvolvimento desportivo

Nota:

As seguintes despesas (previsionais com base na época 2014/2015) não estão contempladas nos custos diretos que o Clube suporta com as modalidades, tais como:

Electricidade/Água/Gás	6.500€ / ano
Despesas c/viaturas (seguros/impostos/manutenção)	2.500€ / ano
Total.....	20.551,38€ / ano

10. Responsáveis pela assinatura do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

O contrato-programa de desenvolvimento desportivo deverá ser obrigatoriamente assinado pelos responsáveis da entidade, de acordo com a forma de obrigar. Assim deve indicar o nome completo e o cargo que desempenha:

Responsável 1:

Nome: Luís Carlos Ferreira Mendes

Membro da direcção com as funções de: Coordenador Desportivo

Responsável 2:

Nome: Pedro Miguel da Silva Guarda

Membro da direcção com as funções de: Vice-Presidente da Direcção

11. Assinatura do Programa de Desenvolvimento Desportivo

O Programa de Desenvolvimento Desportivo deve ser acompanhado pelas declarações válidas de não dívida às Finanças e à Segurança Social, devendo existir o consentimento expresso para a consulta da situação tributária por parte dos serviços da Câmara Municipal.

O presente documento deverá ser devidamente assinado e carimbado pelo Presidente da direcção, ou um seu representante.

Data: 30 / 09 / 2015

Pedro Miguel da Silva Guarda
Sporting Clube Marinhense
 N.I.E 501 150 544
 ESTRADA DE LORRIA, 411
 E M B R A
 2430-091. MARINHA GRANDE



12. Relatório Final do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Tomai conhecimento que após a conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo, terá de ser elaborado e enviado um relatório, à Câmara Municipal da Marinha Grande, até 31 de Julho de 2015, que avalla os pontos n.º 2, 3, 7 e 8 deste Programa, conforme disposto no n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

Recebido em 30/9/2015

por *[Signature]*
(a preencher pela Divisão Cidadania e Desenvolvimento)

